

Projeto de Resolução n.º 566/XV/1.^a

Recomenda a criação de um grupo de trabalho com vista à regulamentação da Inteligência Artificial

Exposição de motivos

A inteligência artificial (IA) tem o potencial de trazer muitos benefícios para a sociedade, como melhorias na eficiência, segurança, saúde e bem-estar, entre outros. No entanto, também existem alguns riscos associados à IA que precisam de ser abordados. Veja-se alguns exemplos de benefícios e riscos:

Benefícios:

1. Eficiência: A IA pode ser usada para automatizar tarefas repetitivas e tediosas, o que pode levar a uma maior eficiência e produtividade;
2. Segurança: A IA pode ser usada para deteção de fraudes, prevenção de crimes e segurança cibernética, tornando as pessoas e as organizações mais seguras.
3. Saúde: A IA pode ser usada para ajudar na descoberta de novos tratamentos médicos, diagnósticos precisos e cuidados personalizados.
4. Bem-estar: A IA pode ser usada para melhorar a qualidade de vida das pessoas, por exemplo, por meio de assistentes virtuais para pessoas com deficiência ou idosos.

Riscos:

1. Viés: A IA pode ser programada com preconceitos inconscientes que podem perpetuar a discriminação e a desigualdade.
2. Privacidade: A IA pode coletar e analisar grandes quantidades de dados pessoais, o que pode violar a privacidade das pessoas.
3. Dependência: A dependência excessiva da IA pode levar a uma diminuição da capacidade de tomar decisões e resolver problemas de forma autónoma.
4. Perda de empregos: A IA pode substituir trabalhos que anteriormente eram realizados por seres humanos, o que pode levar à perda de empregos.

Em geral, é importante equilibrar os benefícios da IA com os riscos, para garantir que a tecnologia seja usada de forma responsável e ética.

É necessário que os países legislem para regulamentar o ChatGPT e outras formas de inteligência artificial (IA).

A IA tem o potencial de mudar fundamentalmente a maneira como as pessoas vivem e trabalham, mas é necessário acautelar os riscos significativos que apresenta.

No seio da União Europeia (UE) tem-se trabalhado em regulamentações para inteligência artificial (IA) nos últimos anos. Em 2020, foi apresentada uma proposta de Regulamento sobre IA, que visa garantir que a IA seja utilizada de maneira ética e segura, protegendo os direitos fundamentais dos cidadãos. A proposta proíbe o uso de IA em atividades que possam ameaçar a segurança pública ou violar os direitos humanos, além de estabelecer requisitos de transparência, responsabilidade e governança para os sistemas de IA de alto risco.

A proposta ainda está em discussão e deve passar por alterações antes de ser implementada. No entanto, é uma tentativa significativa da UE de regulamentar o uso da IA e abordar possíveis impactos negativos que ela possa ter na sociedade.

Regulamentação e leis adequadas podem ajudar a mitigar esses riscos, definindo padrões claros de responsabilidade e segurança para empresas e usuários de IA.

Além disso, essas regulamentações podem incentivar o desenvolvimento de tecnologias éticas e responsáveis, ao mesmo tempo em que evitam a criação de um ambiente regulatório excessivamente restritivo que possa impedir a inovação.

(Nota: O texto da exposição de motivos da presente iniciativa foi inteiramente elaborado, com exceção de ajustes pontuais de linguagem, pelo ChatGPT (chat generative pre-trained transformer), transformador pré-treinado gerador de conversas, é um protótipo de um chatbot com inteligência artificial desenvolvido pela OpenAI e especializado em diálogo.)

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a



Assembleia da República recomende ao Governo a criação de um Grupo de Trabalho, constituído por uma equipa multidisciplinar, que proceda à recolha de informação relevante e à realização de audições de um leque alargado de entidades e especialistas, com vista à regulamentação do setor da Inteligência Artificial, incluindo software como o chatbot, harmonizando a inovação e desenvolvimento tecnológico com a sua utilização ética e a proteção dos direitos dos cidadãos.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 23 de março de 2023

A Deputada,

Inês de Sousa Real